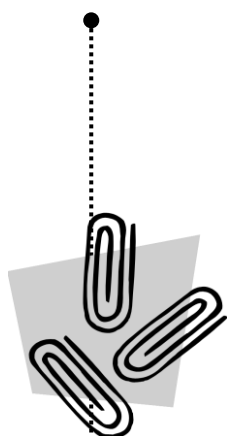


# Anexo 7.13



## **Prática Pedagógica e o Plano Curricular da Licenciatura em EB – 1.º Ciclo**

**(Ordenamento jurídico da formação inicial de professores,  
Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de Outubro; Regulamentação da Prática  
Pedagógica, Portaria n.º 336/88, de 28 de Maio)**



**UNIVERSIDADE DO MINHO – INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA**

**Plano Curricular da Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)**

<b>ANO</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DA DISCIPLINA</b>	<b>REGIME<sup>1</sup></b>	<b>ECTS</b>
1	3601A9	• Ciências da Natureza I	A	9,5
1	3601B1	• História e Filosofia da Educação	A	6
1	3601A8	• Matemática I	A	11
1	3601A7	• Prática Pedagógica I	A	3,5
1	3601N2	• Ciências Sociais – Problemas e Métodos	S1	2,5
1	3601N3	• Educação Física I	S1	3,5
1	3601N4	• Educação Visual e Plástica I	S1	3,5
1	3601N1	• Linguagem e Sistemas Linguísticos	S1	5
1	3602N3	• Educação Musical I	S2	2,5
1	3602N2	• Educação para a Comunicação Social	S2	2,5
1	3602N1	• Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas	S2	4
1	3602N4	• Movimento e Drama I	S2	2,5
1	3602N5	• Princípios Psicológicos de Educação da Criança	S2	3,5
2	3603A8	• Educação Musical II	A	5
2	3603A7	• Prática Pedagógica II	A	3,5
2	3603B1	• Psicologia do Desenvolvimento	A	8,5
2	3603A9	• Tecnologias da Informação e Comunicação	A	5
2	3603N4	• Ciências da Natureza II	S1	3,5
2	3603N5	• Educação Física II	S1	3,5
2	3603N2	• Literatura Infantil	S1	5,5
2	3603N3	• Matemática II	S1	4
2	3603N6	• Movimento e Drama II	S1	2,5
2	3604N2	• Análise Gramatical e Pragmática do Discurso	S2	4
2	3604N5	• Espaço e Sociedade	S2	4
2	3604N3	• Introdução à Didáctica da Matemática	S2	3,5
2	3604N4	• Temas de Saúde e Ambiente	S2	3,5
2	3604N6	• Teoria Curricular do Ensino Básico	S2	4
3	3605A1	• Desenvolvimento Curricular	A	7
3	3605A2	• Desenvolvimento Pessoal e Social	A	5
3	3605A4	• Prática Pedagógica III	A	4,5
3	3605A3	• Sociologia da Educação	A	4,5
3	3605N8	• Didáctica da Leitura e da Escrita	S1	6
3	3605N9	• Didáctica das Ciências da Natureza	S1	4,5
3	3605O1	• Opção I	S1	4,5
3	3605N3	• Organização da Escola Básica Inicial	S1	4,5
3	3606N5	• Didáctica da Matemática	S2	5
3	3606N4	• Didáctica do Texto	S2	5,5
3	3606N7	• Educação Física III	S2	2,5
3	3606N8	• Educação Visual e Plástica II	S2	2,5
3	3606N6	• Temas e Percursos de História de Portugal	S2	4
4	3607A7	• Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	A	2
4	3607A6	• Necessidades Educativas Especiais	A	12
4	3607A2	• Oficina de Ensino da Língua Materna	A	2
4	3607A3	• Oficina de Ensino da Matemática	A	2
4	3607A4	• Oficina de Ensino das Ciências da Natureza	A	2
4	3607A5	• Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social	A	2
4	3607A9	• Prática Pedagógica IV	A	28
4	3607A8	• Seminário	A	7
4	3607N8	• Oficina de Expressões	S1	3

<sup>1</sup> Regime da disciplina: A = Anual; S1 = 1.º Semestre; S2 = 2.º Semestre.

**UNIVERSIDADE DO MINHO – INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA**  
**Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo) – Coordenação da Prática Pedagógica**

PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PLANO CURRICULAR DA LICENCIATURA EM ENSINO BÁSICO (1.º CICLO)				
	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO
Áreas Curriculares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências da Natureza</li> <li>• Ciências Sociais - problemas e Métodos</li> <li>• Educação Física I</li> <li>• Educação Musical I</li> <li>• Educação para a Comunicação Social</li> <li>• Educação Visual e Plástica I</li> <li>• História da Filosofia da Educação</li> <li>• Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas</li> <li>• Linguagem e Sistemas Linguísticos</li> <li>• Matemática I</li> <li>• Movimento e Drama I</li> <li>• Princípios Psicológicos da Educação da Criança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise Gramatical e Pragmática do Discurso</li> <li>• Ciências da Natureza II</li> <li>• Educação Física II</li> <li>• Educação Musical II</li> <li>• Espaço e Sociedade</li> <li>• Introdução à Didáctica da Matemática</li> <li>• Literatura Infantil</li> <li>• Matemática II</li> <li>• Movimento e Drama II</li> <li>• Tecnologias da Informação e Comunicação</li> <li>• Temas de Saúde e Ambiente</li> <li>• Teoria Curricular do Ensino Básico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento Curricular</li> <li>• Desenvolvimento Pessoal e Social</li> <li>• Didáctica da Leitura e da Escrita</li> <li>• Didáctica da Matemática</li> <li>• Didáctica das Ciências da Natureza</li> <li>• Didáctica do Texto</li> <li>• Educação Física III</li> <li>• Educação Visual e Plástica II</li> <li>• Opção I</li> <li>• Organização da Escola Básica Inicial</li> <li>• Sociologia da Educação</li> <li>• Temas e Percursos de História de Portugal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação</li> <li>• Necessidades Educativas Especiais</li> <li>• Oficina de Ensino da Língua Materna</li> <li>• Oficina de Ensino da Matemática</li> <li>• Oficina de Ensino das Ciências da Natureza</li> <li>• Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social</li> <li>• Oficina de Expressões</li> <li>• Seminário</li> </ul>
PRÁTICA PEDAGÓGICA	<b>Prática Pedagógica I</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação em contextos educativos diversificados</li> </ul>	<b>Prática Pedagógica II</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação, intervenção e reflexão em contextos escolares</li> <li>• Diálogo com projectos de inovação educativa</li> </ul>	<b>Prática Pedagógica III</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização e análise de um contexto escolar</li> <li>• Intervenções diárias temáticas</li> <li>• Desenho de um Projecto Curricular de Turma integrado num contexto escolar</li> <li>• Planificação, desenvolvimento e avaliação de uma Actividade Integradora</li> </ul>	<b>Prática Pedagógica IV</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenho e desenvolvimento de um Projecto Curricular de Turma, integrado num Projecto Curricular de Escola/Agrupamento</li> </ul>
Contextos Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações Culturais e Artísticas, Jardins-de-infância, Escuteiros, Creches, ATL's, Videotecas, Associações Desportivas, Internatos, Museus, Academia de Música</li> <li>Escolas Cooperantes, Instituições de Ensino Especial, Serviços de Pediatria,...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolas cooperantes/Salas, Projectos de Inovação Educativa – Escola da Ponte, Programa Nónio-Século XXI, Projecto PROCUR, Agrupamentos Horizontais, Centros Escolares, ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrupamentos/Escolas/Salas Cooperantes e outros contextos de interesse.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrupamentos/Escolas/Salas cooperantes.</li> </ul>

Decreto-Lei n.º 189-C/81, de 3 de Julho, ratificado com emendas pela Lei n.º 26/82, de 23 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 323/86, de 26 de Setembro, bem como os direitos e obrigações delas emergentes, são transferidas para a Direcção-Geral das Florestas (DGF).

2 — O IGEF transferirá para a DGF, mediante auto de entrega, todos os processos relativos às campanhas corticeiras de 1981 a 1985, independentemente da fase em que se encontrem.

3 — Os elementos necessários ao esclarecimento de situações relativas aos processos das campanhas corticeiras dos anos de 1981 a 1985 serão incluídos em listagens, a elaborar pelo IGEF, onde constem, caso a caso, os elementos de identificação dos contratos, massa de cortiça transaccionada e correspondentes valores, total dos pagamentos efectuados pelos adquirentes, liquidações, discriminação das despesas, distribuição dos depósitos e saldos existentes.

4 — São transferidos para a DGF os saldos existentes no Tesouro da titularidade do IGEF, decorrentes da execução do citado Decreto-Lei n.º 189-C/81 e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/86.

5 — No prazo de quinze dias após a publicação do presente despacho, o IGEF apresentará ao Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, com cópia à DGF, o balancete discriminado dos saldos a que se refere o número anterior, acompanhado das listagens referidas no n.º 3.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, 21 de Março de 1988. — O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA INDÚSTRIA E ENERGIA

### Portaria n.º 335/88

de 28 de Maio

O quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia, aprovado pela Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, mostra-se insuficiente, a nível da carreira técnica superior, para ocorrer às necessidades de provimento decorrentes de movimentos de pessoal já visados.

Importa, pois, proceder à alteração das dotações daquela carreira, tendo em vista um dimensionamento mais adequado, sem aumento de efectivos.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Indústria e Energia, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento, constante do mapa III anexo à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, é substituído, na parte relativa ao grupo de pessoal técnico superior, pelo mapa anexo à presente portaria.

2.º A presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia.

Assinada em 13 de Maio de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

Mapa anexo à Portaria n.º 335/88  
Gabinete de Estudos e Planeamento

Grupo de pessoal	Grau/ Nível	Carreira	Área funcional	Categoria	Letra	Número de lugares
Técnico superior...	2	Técnico superior...	Concepção, estudos e planeamento.	Assessor principal .....	A	5
				Primeiro-assessor .....	B	(a) 5 + 1
				Assessor .....	C	(b) 10 + 2
	1			Técnico superior principal .....	D	(c) 20
				Técnico superior de 1.ª classe...	E	(c1) 22
				Técnico superior de 2.ª classe...	G	17

(a) [...]

(b) [...]

(c) Três lugares a extinguir quando vagarem após o primeiro preenchimento.

(c1) Cinco lugares são extintos logo que os seus titulares sejam providos em lugares de categoria imediatamente superior.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

### Portaria n.º 336/88

de 28 de Maio

A realização da prática pedagógica dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico implica a existência de normas regulamentares que garantam:

A salvaguarda do projecto educacional e de formação que cada instituição formadora tem o direito e o dever de assumir e de, responsabilmente, prosseguir;

A correcta articulação pedagógica e administrativa entre as instituições formadoras e os estabelecimentos onde a prática pedagógica se realiza;

A definição clara dos princípios a que deve obedecer o recrutamento dos educadores e professores titulares das salas, classes ou turmas e a escolha dos jardins-de-infância e escolas onde se realiza a prática pedagógica.

Nestes termos:

Ouvidas as escolas superiores de educação e as universidades que ministram os cursos de formação inicial supra-referidos;

Ouvidos o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos e a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 298/86, de 19 de Setembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho, alterada pela Portaria n.º 442-C/86, de 14 de Agosto;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação, aprovar o seguinte:

#### 1.º

##### Objectivo

O presente diploma destina-se a regulamentar a componente de prática pedagógica dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

#### 2.º

##### Designações

Para os fins deste diploma designa-se por:

- a) Escola, um jardim-de-infância, escola do 1.º ciclo do ensino básico ou escola onde se ministre o 2.º ciclo do ensino básico;
- b) Instituição de formação, uma escola superior de educação ou uma universidade onde se ministre um curso de formação inicial de entre os referidos no n.º 1.º

#### 3.º

##### Objectivo da prática pedagógica

1 — A prática pedagógica tem como objectivo fundamental a aquisição e desenvolvimento de competências básicas relativas:

- a) Ao conhecimento da instituição escolar e da comunidade envolvente;
- b) À aplicação integrada e interdisciplinar dos conhecimentos adquiridos relativos às diferentes componentes de formação;
- c) Ao domínio de métodos e técnicas relacionados com o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho em equipa, a organização da escola e a investigação educacional.

2 — A prática pedagógica concretiza-se através de actividades diferenciadas ao longo do curso, em períodos de duração crescente e responsabilização progressiva.

3 — A prática pedagógica deverá, em princípio, desenvolver-se nos seguintes aspectos:

- a) Observação-análise;
- b) Cooperação-intervenção;
- c) Responsabilização pela docência.

#### 4.º

##### Concretização curricular

1 — A carga horária global da prática pedagógica deverá satisfazer ao disposto nos n.ºs 8.º e 9.º da Portaria n.º 352/86.

2 — A distribuição de carga horária global da prática pedagógica ao longo do curso será fixada no plano de estudos respectivo.

#### 5.º

##### Realização da prática pedagógica

1 — As actividades da prática pedagógica serão realizadas integrando, de forma coordenada:

- a) Docentes da instituição de formação;
- b) Os educadores ou professores das salas, classes ou turmas nas escolas onde se realize a prática pedagógica, adiante designados por professores cooperantes, e que deverão possuir a habilitação profissional e a experiência adequadas.

2 — A responsabilidade directa pelo acompanhamento da prática pedagógica será cometida aos docentes da instituição de formação designados para o efeito.

3 — O grau de responsabilidade dos professores cooperantes será o adequado à natureza das actividades que desenvolvam no quadro da prática pedagógica.

#### 6.º

##### Responsabilidade e coordenação

Cada unidade curricular de prática pedagógica identificada autonomamente no plano de estudos do curso será da responsabilidade de um docente da instituição de formação, ao qual estará cometida a coordenação das actividades respectivas, nos moldes regulamentados por esta instituição.

#### 7.º

##### Avaliação

A avaliação da prática pedagógica será objecto de regulamentação nos termos do n.º 12.º da Portaria n.º 352/86, a qual deverá graduar a intervenção de cada docente em função do grau de responsabilidade da sua participação nas respectivas actividades.

#### 8.º

##### Local de realização

1 — Compete à instituição de formação a escolha das escolas em que se realizará a prática pedagógica, obtida que seja a sua anuência.

2 — A escolha poderá recair em escolas públicas dependentes ou não do Ministério da Educação e em escolas particulares ou cooperativas.

3 — A escolha será feita tomando em consideração, nomeadamente, os seguintes critérios:

- a) Adequação da escola às necessidades da realização da prática pedagógica, viabilizando a concretização do projecto educativo da instituição de formação;
- b) Disponibilidade da escola;
- c) Diversidade de situações;
- d) Distância entre a escola e a instituição de formação.

## 9.º

**Concretização da escolha**

A escolha concretizar-se-á através de um protocolo de colaboração, a celebrar por um prazo determinado entre a instituição de formação e a escola.

## 10.º

**Competência para a assinatura dos protocolos**

1 — Serão competentes para firmar os protocolos os órgãos de gestão da instituição de formação e da escola.

2 — Os protocolos celebrados com os jardins-de-infância e com as escolas do 1.º ciclo do ensino básico dependentes ou tutelados pelo Ministério da Educação carecem de homologação do director escolar respectivo.

## 11.º

**Actividades autorizadas**

1 — No âmbito das actividades da prática pedagógica, que incluem a sua preparação, execução e avaliação, e de acordo com uma programação acordada entre os docentes da instituição de formação e dos docentes da escola e, quando necessário, os órgãos de gestão desta, será facultado, nomeadamente, o seguinte:

- a) A entrada dos professores e alunos da instituição de formação nas instalações da escola;
- b) A entrada nas salas no decurso das actividades escolares, incluindo aulas e reuniões com fins pedagógicos ou administrativos;
- c) O registo de som e imagem das actividades escolares;
- d) A consulta de registos administrativos;
- e) A realização de actividades de ensino, quer por professores, quer por alunos da instituição de formação;
- f) A participação em actividades de apoio social, de contacto com os pais e a comunidade e em outras actividades educativas consideradas úteis;
- g) A participação dos professores cooperantes nas acções do programa de actividades da prática pedagógica organizadas pela instituição de formação e para as quais sejam convocados por esta.

2 — Nos protocolos a que se refere o n.º 9.º, para além de outras cláusulas, será estabelecida a forma de concretização das actividades a que se refere o n.º 1.

3 — A Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário definirá os princípios que as escolas deverão respeitar na celebração dos protocolos.

## 12.º

**Sigilo**

Os alunos e docentes da instituição de formação que, no âmbito das actividades da prática pedagógica, tomem conhecimento de informações de natureza confidencial ou reservada ficarão obrigados à conservação do sigilo sobre as mesmas.

## 13.º

**Envio dos protocolos a outras entidades**

No dia imediato à celebração do protocolo, a instituição de formação enviará cópia do mesmo às seguintes entidades:

- a) Inspecção-Geral do Ensino;
- b) Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário;
- c) Direcção-Geral de Administração e Pessoal;
- d) Direcção-Geral do Ensino Superior;
- e) Direcção regional de educação respectiva;
- f) Entidade de tutela da escola, se diferente de uma das anteriores.

## 14.º

**Escolha dos professores cooperantes**

A escolha dos professores cooperantes deverá fazer-se por acordo entre a instituição de formação e a escola, obtida a anuência do professor.

## 15.º

**Abonos devidos aos professores cooperantes**

1 — Os professores cooperantes serão abonados das despesas de deslocação e das ajudas de custo nos termos legalmente estabelecidos, sempre que, na sequência de convocatória da instituição de formação, se deslocarem para participar em acções do programa de actividades da prática pedagógica organizadas por aquela.

2 — Os professores cooperantes receberão pela sua colaboração nas actividades da prática pedagógica uma gratificação.

3 — A gratificação a atribuir a cada professor cooperante será fixada pela instituição de formação, sendo calculada em função do trabalho solicitado e efectivamente prestado e não podendo exceder 10% do vencimento correspondente à letra D em cada mês em que for devida.

4 — Esta gratificação não poderá ser recebida em mais de dez meses do ano.

5 — As instituições de formação deverão planear a colaboração dos professores cooperantes dentro de uma perspectiva de economia de recursos.

## 16.º

**Recursos materiais**

1 — No quadro da preparação e realização das actividades da prática pedagógica, as instituições de formação poderão fornecer às escolas materiais de consumo corrente para fins didácticos.

2 — No quadro da prática pedagógica, as instituições de formação, de acordo com as suas disponibilidades, facultarão aos alunos o uso dos equipamentos e os materiais consumíveis necessários à realização das actividades programadas.

## 17.º

**Encargos**

1 — Os encargos com as actividades da prática pedagógica, nomeadamente aqueles a que se referem os

n.ºs 15.º e 16.º, serão satisfeitos pelas verbas adequadas do orçamento da instituição de formação.

2 — Às instituições de formação e às escolas não cabe prover ao pagamento das eventuais despesas de deslocação que os alunos devam realizar no quadro das actividades da prática pedagógica, sem prejuízo do recurso, por parte destes, às modalidades de apoio social existentes ou a criar nos estabelecimentos de ensino superior.

18.º

#### Formação e apoio pedagógico

As instituições de formação:

- a) Proporcionarão formação adequada aos professores cooperantes;
- b) Apoiarão os projectos educativos das escolas com as quais celebrem protocolos.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 13 de Maio de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

#### Portaria n.º 337/88

de 28 de Maio

Em execução do disposto no artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado com alterações pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho (Estatuto da Carreira Docente Universitária);

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação, que o quadro de professores do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, fixado pela Portaria n.º 726/87, de 24 de Agosto, seja aumentado de um lugar de professor catedrático, passando a ser o constante do mapa anexo ao presente diploma.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 16 de Maio de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

#### Mapa anexo

##### Universidade Técnica de Lisboa

##### Instituto Superior Técnico

Número de lugares	Categoria	Vencimento
81	Professor catedrático .....	Decreto-Lei n.º 145/87, de 24 de Março.
143	Professor associado .....	

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Decreto n.º 12/88

de 28 de Maio

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovada a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, concluída em 26 de Setembro de 1986, cujo texto em língua portuguesa segue em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Joaquim Fernando Nogueira* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro*.

Assinado em 29 de Abril de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 5 de Maio de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### CONVENÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA ADMINISTRATIVA ENTRE PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA EM MATÉRIA DE LUTA CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES E DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS.

#### Preâmbulo

Os Governos da República Portuguesa, da República Popular de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de São Tomé e Príncipe:

Considerando que o uso abusivo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas constitui um perigo para a saúde pública e prejudica os interesses, nomeadamente de carácter social, dos países respectivos;

Convencidos de que a luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas resultará mais eficaz mediante uma cooperação estreita entre as suas administrações aduaneiras e baseando-se a este respeito na Recomendação do Conselho de Cooperação Aduaneira sobre a Assistência Mútua Administrativa e na Resolução n.º 39/141, de Dezembro de 1984, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas;

acordam no seguinte:

#### CAPÍTULO I

#### Definições e campo de aplicação

Artigo 1.º Para efeitos da presente Convenção, entende-se por:

- a) «Tráfico ilícito», a prática de actos de natureza fraudulenta com o intuito de fazer entrar ou

- 3) A taxa devida anualmente pela concessão do exclusivo de pesca é de 6300\$, de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do Decreto n.º 44 623, e será liquidada antecipadamente no mês de Janeiro;
- 4) A importância referida no número anterior constitui receita da Direcção-Geral das Florestas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 51/86, de 6 de Outubro, a qual fará a sua gestão de acordo com o determinado no Decreto-Lei n.º 459/82, de 26 de Novembro;
- 5) O pagamento da taxa referente ao corrente ano far-se-á no acto da entrega do alvará e será devida por inteiro;
- 6) A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do regulamento desta concessão, aprovado pela Direcção-Geral das Florestas;
- 7) Os repovoamentos piscícolas próprios do meio só poderão ser levados a efeito em presença de funcionários da Direcção-Geral das Florestas, que elaborarão os respectivos autos de lançamento.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 25 de Setembro de 1989.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,  
*Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Decreto-Lei n.º 344/89

de 11 de Outubro

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) define a formação de educadores e de professores como um dos vectores fundamentais da nova educação que se quer para Portugal. Importa que tal formação seja rapidamente adaptada à nova orgânica do sistema de ensino, aos objectivos gerais prosseguidos globalmente por esse sistema e aos objectivos de cada nível de escolaridade.

Assim, e em concordância com os objectivos definidos, o presente diploma constitui o ordenamento jurídico da formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, tomando como quadro referencial a Lei de Bases do Sistema Educativo, em conjugação com a legislação adequada que na matéria se encontra em vigor.

O presente diploma pretende conciliar duas vertentes fundamentais: o contributo da experiência vivida nos últimos anos e a criação de uma estrutura flexível e dinâmica que garanta a articulação dos diversos modelos de formação coexistentes no sistema.

O ordenamento jurídico da formação dos referidos profissionais, de acordo com as grandes finalidades que orientam o sistema educativo nacional, enquadra-se numa política que procura articular, de forma sequencial e coerente, a formação dos docentes dos níveis de ensino não superior.

O presente diploma define ainda o perfil profissional dos educadores e dos professores nos campos de competência científica na especialidade, da competência pedagógico-didáctica e da adequada formação pes-

soal e social, adquiridas numa perspectiva de integração. Igualmente traduz no seu normativo a importância atribuída à formação contínua, que considera indissociável da formação inicial.

Finalmente, consagra também como vector fundamental o princípio de que a dimensão de investigação e de inovação constitui uma componente permanente na formação e na actividade profissional de educadores e professores de todos os escalões.

Tendo em consideração os grandes objectivos acima definidos e o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Princípios gerais

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

O presente diploma aplica-se à educação e ensino não superior.

#### Artigo 2.º

##### Objecto

O presente diploma estabelece o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

#### Artigo 3.º

##### Princípios orientadores

De acordo com o n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, a formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário orienta-se pelos seguintes princípios gerais:

- a) A formação inicial é de nível superior, devendo contemplar componentes de formação pessoal, social e cultural, de preparação científica na especialidade e de formação pedagógico-didáctica;
- b) A formação contínua deve, na sequência da preparação inicial, promover o desenvolvimento profissional permanente dos educadores e professores, designadamente numa perspectiva de auto-aprendizagem;
- c) A formação deve garantir a integração tanto de aspectos científicos e pedagógicos como das componentes teórica e prática e promover a aprendizagem das diferentes funções adequadas às exigências da carreira docente;
- d) A formação deve ser flexível, permitindo a reconversão e mobilidade dos docentes;
- e) A formação deve assentar em práticas metodológicas afins das que os educadores e professores vierem a utilizar no exercício da função docente;
- f) A formação deve favorecer práticas de análise crítica, investigação e inovação pedagógica, assim como o envolvimento construtivo com o meio.



**Artigo 4.º****Docentes a formar**

1 — De acordo com a lei vigente, são os seguintes os docentes a formar:

- a) Educadores de infância;
- b) Professores do ensino básico;
- c) Professores do ensino secundário.

2 — A formação dos professores do ensino básico diversifica-se nas seguintes modalidades e em correspondência com o grau de polivalência docente definida na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro:

- a) Professores para o 1.º ciclo do ensino básico;
- b) Professores para o 2.º ciclo do ensino básico;
- c) Professores para o 3.º ciclo do ensino básico.

3 — Os professores que adquirirem formação para a docência no 2.º ciclo do ensino básico ficam também profissionalmente qualificados para a docência no 1.º ciclo do ensino básico.

4 — Os professores que adquirirem formação para a docência no 3.º ciclo do ensino básico ficam também profissionalmente qualificados para a docência no 2.º ciclo do ensino básico.

5 — Os professores do ensino secundário poderão também ficar profissionalmente qualificados para a docência do 3.º ciclo do ensino básico.

6 — A possibilidade de mobilidade dos docentes referida nos números anteriores exercer-se-á à medida que os respectivos cursos estejam organizados e aprovados com essa finalidade.

**Artigo 5.º****Professores de áreas profissionais ou artísticas**

As instituições superiores de formação devem assegurar a preparação de docentes destinados a áreas ou disciplinas de natureza vocacional, profissional ou artística.

**Artigo 6.º****Docentes de educação e ensino especial**

A formação de docentes para a educação e ensino especial realiza-se pela frequência, com aproveitamento, de cursos de especialização vocacionados para o efeito, aos quais terão acesso educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial.

**CAPÍTULO II****Da formação inicial****Artigo 7.º****Definição**

1 — A formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário é a que confere qualificação profissional para a docência.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por qualificação profissional a que permite o ingresso na carreira de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário.

3 — A formação inicial terá como objectivos fundamentais:

- a) A formação pessoal e social dos futuros docentes, favorecendo a adopção de atitudes de reflexão, autonomia, cooperação e participação, bem como a interiorização de valores deontológicos e a capacidade de percepção de princípios;
- b) A formação científica, tecnológica, técnica ou artística na respectiva especialidade;
- c) A formação científica no domínio pedagógico-didáctico;
- d) O desenvolvimento progressivo das competências docentes a integrar no exercício da prática pedagógica;
- e) O desenvolvimento de capacidades e atitudes de análise crítica, de inovação e investigação pedagógica.

4 — Os objectivos referidos no número anterior desenvolvem-se segundo diferentes proporções, tendo em conta a sua adequação ao grupo etário e nível de ensino a que educadores e professores se destinam.

**Artigo 8.º****Aquisição de qualificações profissionais**

1 — A qualificação profissional de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário é adquirida através da frequência, com aproveitamento, de cursos específicos de formação inicial, ministrados em escolas superiores ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito.

2 — A qualificação profissional de professores do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário pode ainda ser adquirida pelos diplomados possuidores de habilitação científica para a docência da respectiva área ou especialidade, mediante a frequência, com aproveitamento, de um curso adequado de formação pedagógica.

**Artigo 9.º****Entidades que promovem a formação**

1 — A formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário é assegurada, através de cursos específicos de formação inicial, pelas instituições de ensino superior que disponham de unidades de formação próprias para o efeito.

2 — Consideram-se unidades de formação própria para a formação inicial, para efeitos do estabelecido no número anterior, aquelas que, como tal, sejam reconhecidas nos respectivos diplomas legais de criação.

**Artigo 10.º****Formação de educadores de infância**

A formação inicial de educadores de infância é feita em escolas superiores de educação ou em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o grau de bacharel em Educação.

**Artigo 11.º****Formação de professores do 1.º ciclo do ensino básico**

A formação inicial de professores do 1.º ciclo do ensino básico é realizada em escolas superiores de educação ou em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o grau de bacharel em Ensino.

**Artigo 12.º****Formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico**

A formação inicial dos professores do 2.º ciclo do ensino básico é realizada em escolas superiores de educação ou em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o diploma de estudos superiores especializados e ou o grau de licenciado em Ensino, com a indicação da área disciplinar de docência.

**Artigo 13.º****Formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico**

A formação inicial dos professores do 3.º ciclo do ensino básico é realizada em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o grau de licenciado em Ensino, com a indicação da disciplina ou grupo de disciplinas de docência.

**Artigo 14.º****Formação de professores do ensino secundário**

A formação inicial dos professores do ensino secundário é realizada em universidades com unidades próprias de formação, que, para o efeito, conferem o grau de licenciado em Ensino, com a indicação da disciplina ou disciplinas de docência.

**Artigo 15.º****Estrutura curricular dos cursos de formação**

1 — Os cursos de formação inicial de educadores de infância e dos professores dos diferentes ciclos e graus de ensino não superior disporão de uma estrutura adequada, que incluirá, designadamente:

- a) Uma componente de formação pessoal, social, cultural, científica, tecnológica, técnica ou artística ajustada à futura docência;
- b) Uma componente de ciências de educação;
- c) Uma componente de prática pedagógica orientada pela instituição formadora, com a colaboração do estabelecimento de ensino em que essa prática é realizada.

2 — Os cursos regulares de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário devem incluir preparação inicial no campo da educação especial.

3 — A estrutura curricular dos cursos e de cada uma das suas componentes deve concretizar os princípios sobre a formação de educadores e professores enunciados no artigo 3.º deste diploma.

**Artigo 16.º****Prática pedagógica**

1 — Para efeitos do disposto no artigo anterior, a prática pedagógica deve constituir uma componente fundamental no processo de desenvolvimento das capacidades e competências que integram a função docente.

2 — De acordo com mecanismos de cooperação a estabelecer, caso a caso, por despacho do Ministro da Educação, a cada instituição formadora poderá ser associada uma rede de escolas com o objectivo de facilitar a organização das actividades da prática pedagógica.

**Artigo 17.º****Modalidades da prática pedagógica**

1 — Nos cursos específicos de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário a prática pedagógica concretiza-se através de actividades diferenciadas ao longo do curso.

2 — A prática pedagógica pode, na sua fase final, assumir a natureza de um estágio, em condições a regulamentar por portaria do Ministro da Educação.

**Artigo 18.º****Organização dos cursos**

1 — Na organização dos cursos de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, designadamente no que se refere ao relevo das componentes de formação a incluir, devem respeitar-se os princípios genéricos constantes das alíneas seguintes:

- a) A natureza e o relevo da componente de formação científica na respectiva especialidade variam em função do nível de ensino em que o futuro docente vai exercer, devendo assumir importância crescente na formação dos professores dos graus de ensino mais elevados;
- b) A componente da formação pedagógico-didáctica, incluindo as didácticas específicas dos conteúdos a leccionar, deve adquirir maior relevo na formação dos educadores e professores do 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Nos cursos de educadores de infância e de professores do 1.º ciclo do ensino básico o conjunto das duas componentes de formação pedagógico-didáctica e de prática pedagógica deve manter-se em equilíbrio com a componente de formação cultural e científica, não devendo aquela ultrapassar os 60 % da carga horária total, em qualquer caso.

3 — Nos cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico a formação cultural e científica na respectiva especialidade não deve ultrapassar os 70 % da carga horária total relativamente ao conjunto das outras duas componentes de formação.

4 — Nos cursos de formação de professores do ensino secundário a formação cultural e científica na respectiva especialidade não deve ultrapassar os 80 % da carga horária total, sem prejuízo de uma proporção diferente nos modelos de formação que exigem uma licenciatura científica para a admissão à frequência da componente pedagógica.

**Artigo 19.º****Carga horária dos cursos**

A carga horária total das disciplinas, seminários e actividades que integram os planos de estudo dos cursos de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário constará dos documentos legais de criação dos respectivos cursos e desenvolver-se-á nos documentos legais que os regulamentem, de acordo com os princípios orientadores definidos no artigo 18.º

**Artigo 20.º****Segunda via de formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário**

1 — Os cursos de formação pedagógica a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º do presente diploma deverão ser globalmente equivalentes à componente pedagógica dos cursos integrados de formação para o mesmo nível de ensino.

2 — A organização dos cursos de formação pedagógica deve prever, obrigatoriamente, um estágio, a regulamentar por portaria do Ministro da Educação.

**Artigo 21.º****Formação de professores de áreas vocacionais, profissionais ou artísticas**

1 — A formação inicial dos professores de disciplinas de natureza vocacional, profissional ou artística dos ensinos básico e secundário é feita em instituições de ensino superior, através da frequência, com aproveitamento, de cursos profissionais adequados, os quais serão complementados por formação pedagógica, conferindo uma qualificação profissional equivalente à dos professores do respectivo nível de ensino.

2 — A formação pedagógica referida no número anterior terá uma composição, no que respeita às componentes de formação, globalmente equivalente à definida no artigo 18.º

3 — Em casos especiais, quando o curso de complemento de formação pedagógica referido no n.º 1 se realizar na mesma instituição do ensino superior que ministra o curso profissional ou artístico, o seu desenvolvimento pode iniciar-se antes de concluído este.

**Artigo 22.º****Disciplinas de formação vocacional, profissional ou artística**

As disciplinas de natureza vocacional, profissional ou artística dos ensinos básico e secundário, a que correspondem os cursos profissionais adequados referidos no artigo 21.º, são aquelas que, como tal, constam dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário.

**Artigo 23.º****Qualificação para a docência em educação especial**

A qualificação para a docência em educação especial representa uma especialização, a que corresponde um diploma próprio.

**Artigo 24.º****Cursos de especialização**

1 — Os cursos de especialização, a nível de pós-graduação, para educadores e professores visam a preparação de pessoal qualificado para o exercício de funções, tanto de natureza pedagógica como de natureza administrativa, requeridas pelo sistema educativo.

2 — Na sequência do estabelecido no número anterior, poderão ser criados cursos de especialização, nomeadamente em:

- a) Orientação pedagógica;
- b) Inspeção escolar;
- c) Administração escolar;
- d) Alfabetização e educação básica de adultos;
- e) Animação cultural.

**CAPÍTULO III****Da formação contínua****Artigo 25.º****Natureza**

A formação contínua constitui um direito e um dever dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, visando promover a actualização e aperfeiçoamento da actividade profissional, bem como a investigação aplicada e a divulgação da inovação educacional.

**Artigo 26.º****Objectivos e articulação**

1 — A formação contínua tem como objectivos fundamentais:

- a) Melhorar a competência profissional dos docentes nos vários domínios da sua actividade;
- b) Incentivar os docentes a participar activamente na inovação educacional e na melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- c) Adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e modernização do sistema educativo.

2 — A formação contínua inicia-se por um período de indução, durante o qual são asseguradas pelas instituições de formação, de acordo com as suas disponibilidades, formas de apoio ao novo docente.

3 — A regulamentação do período de indução será objecto de portaria do Ministro da Educação.

4 — A formação contínua constitui ainda condição de progressão na carreira.

5 — A formação contínua pode também contribuir para viabilizar a transição dos docentes entre os diversos níveis a graus de ensino e grupos de docência ou para o exercício de actividades especializadas de natureza paradocente.

**Artigo 27.º****Iniciativa da organização de acções de formação contínua**

1 — A formação contínua pode resultar de iniciativas de instituições para tanto vocacionadas, nomeada-

mente as de formação inicial de docentes, e ainda de iniciativas originárias de organismos nacionais, regionais ou locais do Ministério da Educação, de outros departamentos do Estado, de entidades e organismos empregadores, bem como de docentes, incluindo as suas associações profissionais e científicas.

2 — A formação contínua pode também ser promovida e apoiada pelo próprio estabelecimento de educação ou ensino ou por vários estabelecimentos apoiados por um mesmo centro de recursos.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores podem ser concedidos períodos sabáticos e dispensas para formação.

#### Artigo 28.º

##### Regime e creditação das acções

1 — As acções de formação contínua podem ser objecto de creditação.

2 — O regime de creditação das acções de formação, para efeitos de progressão na carreira, é definido por decreto regulamentar.

### CAPÍTULO IV

#### Do planeamento e coordenação da formação

#### Artigo 29.º

##### Planeamento e coordenação a nível nacional

À Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, na qualidade de serviço central do Ministério da Educação responsável pela orientação e coordenação da educação e ensino não superior, compete determinar, de acordo com as necessidades de evolução do sistema educativo, as exigências qualitativas de formação inicial e contínua dos respectivos docentes a nível nacional.

#### Artigo 30.º

##### Planeamento e coordenação aos níveis local e regional

1 — Aos estabelecimentos de ensino básico e secundário, no respeito pela sua autonomia, compete proceder ao levantamento das necessidades de formação dos seus docentes e elaborar o respectivo plano.

2 — Às direcções regionais de educação compete apoiar e coordenar, a nível regional, a concretização da formação do pessoal docente, compatibilizando as necessidades e planos referidos no presente capítulo.

#### Artigo 31.º

##### Articulação com as instituições superiores de formação

1 — Aos órgãos de gestão e administração escolar, sob a coordenação e em estreita articulação com as direcções regionais de educação, e à Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário compete ainda estabelecer protocolos de formação com instituições superiores especialmente vocacionadas para o efeito, nos quais se estabelecem os parâmetros da encomenda de formação.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, será apresentada às instituições formadoras a caracte-

rização das necessidades e objectivos da formação a realizar, de modo a permitir o planeamento da oferta de formação.

### CAPÍTULO V

#### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 32.º

##### Quadro de habilitações

Na sequência da reestruturação curricular dos ensinos básico e secundário, o Ministro da Educação aprovará, por portaria, a relação dos cursos superiores a que se referem o n.º 2 do artigo 8.º e o n.º 1 do artigo 21.º

#### Artigo 33.º

##### Obtenção de formação complementar

1 — A obtenção por parte dos educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário de graus académicos superiores orientados para o reforço da competência profissional, para além da expectativa da mobilidade profissional, deverá favorecer a progressão na carreira.

2 — As condições de aplicação do disposto no número anterior serão estabelecidas no diploma a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

#### Artigo 34.º

##### Completamento de habilitações de professores vinculados com habilitação suficiente

1 — O completamento de habilitações de professores vinculados com habilitação suficiente compreende duas componentes, visando a primeira o complemento da formação científica e a segunda o complemento da formação pedagógica.

2 — Os professores referidos no número anterior serão submetidos, para efeitos de ingresso na primeira componente, a provas de capacidade científica para os diversos níveis de ensino a que se destinam, organizadas pelas instituições superiores de formação.

3 — Em função dos resultados obtidos, os professores serão agrupados nas seguintes categorias:

- a) Na categoria A, os professores que provem possuir a capacidade científica exigível para a docência das áreas ou disciplinas a que se destinam, ficando desde logo dispensados do complemento de habilitações no que se refere à sua preparação científica;
- b) Nas categorias B, C ou D, os professores que podem completar a sua formação científica através da obtenção de um número de créditos correspondente à frequência de um semestre escolar, um ano lectivo ou dois anos lectivos, respectivamente.

4 — A segunda componente reveste a forma da profissionalização em serviço.

5 — As duas componentes referidas nos números anteriores são da responsabilidade das instituições de en-

sino superior para tanto habilitadas, podendo ser realizadas em simultâneo nos cursos que especialmente o prevejam.

### Artigo 35.º

#### Profissionalização em serviço

1 — A profissionalização em serviço, a que se refere o n.º 2 do artigo 62.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, é da competência das instituições de ensino superior, em articulação com as escolas em que os formandos prestarem serviço.

2 — A profissionalização em serviço será objecto de regime legal próprio.

### Artigo 36.º

#### Aplicação temporal

1 — A aplicação no tempo do disposto no presente diploma far-se-á de acordo com calendário fixado por despacho do Ministro da Educação, publicado no *Diário da República*.

2 — O calendário a que se refere o número anterior estabelecerá a articulação entre a aplicação do presente diploma e a dos previstos no n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

### Artigo 37.º

#### Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 90 dias após a publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Setembro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Promulgado em 26 de Setembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 1 de Outubro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### Decreto-Lei n.º 345/89

de 11 de Outubro

A aplicação do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, sobre a profissionalização em serviço, demonstrou ser necessário introduzir algumas alterações quanto às condições não só de concessão da dispensa de realização da componente projecto de formação e acção pedagógica da profissionalização em serviço, como também de redução horária lectiva dos professores que realizam a formação à distância, através da Universidade Aberta.

Conexamente, importa assegurar a articulação do disposto no artigo 42.º do mencionado diploma com o disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro.

Alterou-se ainda a redacção do artigo 50.º daquele diploma no sentido de alargar a sua aplicação aos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 36.º, 43.º e 50.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

### Artigo 36.º

[...]

1 — O docente em profissionalização tem direito, no 1.º ano de formação, quando em regime presencial, a uma redução de seis horas lectivas semanais e, quando em regime de formação à distância, a uma redução de quatro horas lectivas semanais, devendo, em qualquer dos casos, participar nas sessões promovidas pela instituição de ensino superior.

2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....

### Artigo 43.º

[...]

1 — Os professores dos quadros com nomeação provisória dos ensinos preparatório e secundário estão dispensados da realização da componente projecto de formação e acção pedagógica quando, até 30 de Setembro do ano em que realizaram o primeiro ano de profissionalização em serviço, possuíam seis anos de bom e efectivo serviço docente, prestado no ensino oficial ou no ensino particular e cooperativo.

2 — .....  
3 — .....

### Artigo 50.º

A aplicação aos estabelecimentos de ensino dependentes dos Ministérios do Emprego e da Segurança Social e da Defesa Nacional

1 — O presente diploma é aplicável aos professores dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário dependentes dos Ministérios do Emprego e da Segurança Social e da Defesa Nacional que reúnam os requisitos, habilitações e tempo de serviço previstos no Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, para além dos docentes anualmente chamados e afectados para a profissionalização em serviço nos termos do artigo 2.º e do n.º 4 do artigo 19.º do presente diploma, serão ainda anualmente chamados 25 docentes dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário dependentes dos Ministérios do Emprego e da Segu-